

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES, PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS: UMA INCURSÃO PRÁTICA

SMALL-SCALE AGRO-INDUSTRY, PARTICIPATION AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICT: A PRACTICAL INCURSION

Ezequiel Redin¹

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar uma reflexão crítica sobre uma experiência vivenciada com os agricultores da Quarta Colônia/RS que possuem agroindústrias familiares rurais vinculadas à Rede da Casa. O artigo analisa a experiência que conduz na tentativa de solucionar um problema, ou seja, a adequação dos empreendimentos familiares à legislação. Nesse viés, procura-se pontuar como foi realizada a estratégia de intervenção dos técnicos da universidade. Assim, poder-se-á entender que o problema ambiental, antes de tudo, era um problema localizado e individual e que o pressuposto que conduzia as ações do grupo de agricultores eram conflituosos, ou seja, os objetivos dos integrantes eram diferentes. Essa experiência de condução participativa, com suas limitações, vem no sentido de entender as concepções do grupo de agricultores que se formou na tentativa de qualificar suas práticas, a fim de buscar em conjunto a legalização. Por ora, percebeu-se limitações tanto do grupo interventor quanto do grupo de agricultores e dos atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Agricultores. Agroindústrias familiares. Participação. Conflitos.

¹ Tecnólogo em Agropecuária com ênfase em Sistemas de Produção pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Administração pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA); Acadêmico de Esp. em Gestão Pública Municipal (UAB/UFSM); Mestrando do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM). E-mail: ezequielredin@gmail.com

ABSTRACT

This work presents a critical reflection-on an experience with the farmers of the Fourth Cologne /RS that have agro rural household network linked to the House. The article analyzes the driving experience in trying to solve a problem, namely the adequacy of family enterprises to the legislation. This bias for the score as performed the intervention strategy of the technical university. Thus, one will understand that the environmental problem, first of all, it was a localized problem and that individual and the assumption that drove the actions of the group of farmers were in conflict, ie, the goals of the members were different. This driving experience participatory, with its limitations, is to understand the concepts of group of farmers that was formed in an attempt to describe its practices in order to jointly seek legalization. For alas, it was perceived limitations of both the group and intervenor group of farmers and social actors involved.

Keywords: *Farmers. Agribusiness family participation. Conflict.*

APRESENTAÇÃO

A disposição dos resíduos sólidos e líquidos resultantes do processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal em agroindústrias familiares rurais “é localizada, de maior intensidade, constância de emissão no meio ambiente, mensurável em seu nível de poluição e o responsável é identificável pelo impacto ambiental e passível de ação corretiva e punitiva e que causa entraves ao agricultor” (GENRO et al., 2008, p.2). É sobre a problemática da legislação ambiental nas agroindústrias familiares que se pretende analisar o projeto “Poluição dos recursos hídricos causados por resíduos sólidos e líquidos resultantes do processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal em agroindústrias familiares rurais”, idealizado por uma equipe de pesquisadores coordenada pelo Dr. Danilo Rheinheimer dos Santos (grupo de Pesquisa no CNPq – Ciclos Biogeoquímicos e Produtividade do Solo do Departamento de Solos e por componentes do Grupo de Pesquisa “Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Rural” do Departamento de Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.²

A experiência é analisada à luz da Rede da Casa que é uma associação que reúne dezesseis agroindústrias familiares rurais (AFRs)³ que processam produtos de origem animal e vegetal na região denominada “Quarta Colônia” de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

² Agradecimentos especiais a Paulo Roberto Cardoso da Silveira e Aline Weber Sulzbacher, pelas grandiosas contribuições para que este trabalho fosse construído. Agradeço também os agricultores familiares da Quarta Colônia que proporcionam um ambiente extraordinário para a pesquisa.

³ Por Agroindústrias Familiares Rurais (AFRs) entende-se empreendimentos dedicados ao processamento de matérias-primas de origem animal ou vegetal, com instalações e equipamentos específicos, contando com a gestão e a mão de obra a cargo, majoritariamente, da família. No contexto que aqui trabalhamos, temos AFRs que produzem de forma artesanal, a partir do saber fazer herdado das gerações passadas, e as chamadas AFRs de pequeno porte, nas quais apenas a escala de produção as diferenciam das grandes plantas industriais (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

O projeto aprovado e financiado pelo CNPq foi idealizado articulando duas propostas de estudo: a primeira envolvia o diagnóstico dos sistemas de gestão ambiental dos resíduos sólidos e líquidos e da forma de ação dos agentes de desenvolvimento na constituição das agroindústrias familiares rurais. Essa parte do projeto tinha como intuito realizar um diagnóstico, identificando os pontos críticos em relação ao tratamento e a forma de ação dos agentes de desenvolvimento em sua constituição na implantação nas agroindústrias familiares rurais (AFRs). Nessa etapa, propõem-se algumas ações: o pré-teste do roteiro de pesquisa, a entrevista com os informantes-chave, a visita nas AFRs para reconhecimento da realidade e, concomitantemente, para realização de uma entrevista no local, análise dos dados e, por último, a realização de um seminário de conscientização com todos os atores sociais envolvidos no processo.

A segunda parte do estudo propõe-se a analisar a gestão ambiental da água, dos resíduos sólidos e efluentes líquidos em agroindústrias familiares rurais, a fim de verificar o volume dos resíduos e seu respectivo potencial poluente, para avaliar a qualidade da água, dos resíduos sólidos e efluentes líquidos em agroindústrias familiares rurais e o risco de poluição dos recursos hídricos, verificando a eficácia das unidades de tratamento desses resíduos, contribuindo para a elaboração de planos de controle ambiental adequados. Essa etapa envolveu algumas ações: a localização e caracterização das agroindústrias familiares rurais, a instalação de três unidades de tratamento de resíduos e efluentes definida em etapa anterior, adaptação e validação dos métodos alternativos de tratamento de resíduos sólidos e líquidos por intermédio das estações de tratamento instaladas e a realização de algumas análises laboratoriais.

A interação da comunidade com os pesquisadores da universidade facilitou o desenvolvimento desse projeto, caracterizado por uma demanda ambiental vista como necessária pelos agricultores vinculados à Rede da Casa para a sua legalização nos aspectos ambientais perante os órgãos fiscalizadores. Essa demanda, como será esclarecida posteriormente, moveu todo o processo antecedente de elaboração e execução do projeto.

INTRODUÇÃO E INDICAÇÕES CONCEITUAIS

Esta análise de experiência objetiva oferecer, a partir de uma necessidade/demanda de uma rede de agroindústrias [Rede da Casa], um apoio técnico para solucionar a adequação dos empreendimentos familiares à legislação, tentando visualizar como foi pensado, considerado, idealizado ou mesmo entendido o problema dos atores rurais. Nesse viés, procura-se pontuar como foi realizada a estratégia de intervenção dos técnicos da universidade no contexto em que se insere o trabalho e também realizar uma análise crítica da ação/execução do projeto com os dilemas enfrentados na região da Quarta Colônia.

Partiu-se do uso da metodologia participativa, com apoio nas bases da nova proposta do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), aprovada em 2003, para a construção dessa experiência. Para Linhares et al. (2004), a participação no contexto da metodologia participativa começa com uma importante reflexão quanto ao conceito de participação e suas diferentes interpretações pelos atores sociais. A participação deve ser entendida como processo dialógico, no qual os sujeitos passam a refletir sobre a sua própria prática e ressalta os laços de complementaridade existentes entre os saberes popular e formal.

A condução do projeto realçou o método de participação mediante acompanhamento, no qual as pessoas envolvidas participam de forma conjunta com o apoio de organizações externas, em que a seleção de alternativas e decisões é feita pelos participantes (REDIN, 2008). É importante perceber que pode existir uma complexidade de opiniões. E sobre elas:

É importante perceber que essas diferenças de percepção geram muitos problemas para o agente promotor de processos participativos, pois, se não há concordância sobre a necessidade ou importância de realizar uma intervenção ou sobre a forma de realizá-la, não há como assegurar um real engajamento das pessoas num esforço coletivo. As diferenças de percepção colocam desafios em vários momentos nas iniciativas de desenvolvimento. Ao se iniciar um diagnóstico, constata-se que, como cada pessoa tende a formar sua visão a partir de sua realidade e experiência pessoal, muitos podem desconhecer a realidade ou a relevância de problemas de outras famílias, outras categorias sociais, outras localidades que não a sua (SILVEIRA; DIESEL, 2009, p. 66).

Bandeira (2000) e Simionatto e Nogueira (2001) alertam que as organizações que financiam projetos de desenvolvimento rural começaram a indicar que os gestores buscavam formas de promover a participação dos beneficiários nesses projetos. Por outro lado, essa técnica, muitas vezes, é somente formalizada, mas não efetivada no campo prático.

Sob o âmbito da participação dos agentes sociais, a equipe técnica se propôs a trabalhar com os agricultores para a construção do projeto, uma vez que se pretendia, na concepção de Linhares et al. (2004, p. 8), “garantir a inserção de atores sociais no processo de tomada de decisões”. Por atores sociais, entendem-se todos aqueles que se envolviam no projeto para a construção sócio-ambiental das agroindústrias familiares rurais, tais como: agricultores familiares, gestores públicos, técnicos públicos municipais, órgãos de fiscalização e autoridades da região.

A proposta de desenvolvimento rural estava centrada na promoção das organizações locais que são potencialmente capazes de responder as demandas tanto dos agricultores familiares como dos consumidores. Para Chiriboga (2009, p. 6),

Dichas propuestas buscan movilizar los recursos locales, humanos, económicos y de conocimiento, existentes en las comunidades y darles una forma organizativa particular, que permita responder a las demandas para las cuales los campesinos tienen una demanda efectiva y están dispuestos a contribuir a ellos. Parte de la idea que si dichos servicios les entregan apoyos que tienen un resultado efectivo, en forma de mejoras de ingresos, los campesinos estarán dispuestos a pagar por ello. En buena parte de casos las organizaciones locales están en capacidad de entregar esos servicios a costos más bajos que las similares, publicas o privadas, pues tienen costos de transacción inferiores. Dichas organizaciones deben lograr un buen arreglo entre la tecnología que busca ofertar y la organización, en términos de gestión, secuencias de expansión incentivos, etc. Al mismo tiempo debe ser eficientes y efectivas.

Sob essa análise, propiciou-se construir um momento favorável para que as intervenções sobre o meio ambiente fossem aceitas pelos donos das agroindústrias familiares, pois isso requeria uma realocação de recursos na propriedade, o que onera investimentos financeiros e gera esforço para a adequação da estrutura produtiva, com a intenção de reduzir o impacto ambiental. Por isso, era necessário que se construísse, através da participação dos agentes envolvidos, a discussão e percepção do quão importante era cuidar das relações produtivas, a fim de reduzir o impacto com métodos alternativos e consideravelmente menos onerosos. Portanto, o que estava sendo discutido era a intervenção do homem no meio ambiente.

Isso promovia diferentes concepções de perceber o problema ambiental, o que suscitava em conflitos sócio-ambientais que caracterizavam uma indagação entre o produzir e o não-produzir. Dessa forma, surgia uma inquietação movida pela resistência do agricultor, por seu receio de afetar a reprodução da família. Esses conflitos são entendidos por Vivacqua e Vieira (2005, p. 40) como “relações sociais de disputa/tensão entre os diferentes grupos de atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural”. Assim, os conflitos ambientais são concebidos como passíveis de arbitragem política, existindo a necessidade de notarmos a distribuição desigual dos riscos e impactos ambientais entre os diferentes grupos sociais e em sua localização geográfica, o que resulta em reconhecer as relações de poder existentes (SILVEIRA; GUIMARÃES, 2007, p. 02).

É sobre o entendimento da construção sócio-ambiental que se reconhecem as diferentes representações sociais do nexos sociedade-natureza e as relações de poder entre os distintos atores sociais. Assim, promove-se uma arena de negociação dos conflitos sócio-ambientais, em que leigos e peritos dividem suas diferentes percepções em relação a cada problema ambiental identificado, considerando que sua superação resulta em manipulação de variáveis de natureza econômica, social e cultural (GENRO et al., 2008).

Para Alonso e Costa (2000), os conflitos se estruturam concomitantemente em torno de interesses e valores. O próprio processo conflitivo constitui os agentes, possibilitando a formação de novas identidades, inexistentes no início do processo conflitivo. O fator crucial disso é o tempo, ou melhor, os conflitos têm história, não é possível compreendê-los tomando em conta apenas a configuração presente da ação coletiva. A produção de alianças, adesão a valores, criação/redefinição de identidades não é estática, é processual.

Por outro lado, o meio ambiente não pode ser analisado como uma barreira a se transpor, mas como um recurso a ser utilizado em conjunto com a preservação ambiental, bem como atender às necessidades presentes e futuras.

Outro problema que surge refere-se ao processo de transição em que o agricultor pode se deparar na agroindústria familiar. No momento em que ocorre o aumento da demanda, que é necessária para a estabilização do empreendimento, é preciso uma série de adequações. Sulzbacher e David (2008) ressaltam que os problemas nascem sob a égide da racionalidade camponesa, envolvendo a produção da matéria-prima, seu processamento e comercialização baseados em relações de produção pautadas no trabalho familiar e onde o excedente é comercializado.

No instante em que os produtos passam a ser valorizados no mercado local/regional, aumenta-se a demanda e, portanto, a legalização da atividade acaba sendo uma exigência. Desse modo, exige-se também a inclusão de uma racionalidade mais próxima àquela empresarial, que não é de domínio dos agricultores. Esta exige o domínio mínimo dos proces-

tos burocráticos e das legislações pertinentes à inspeção sanitária, trabalhista, tributária e ambiental. É dessa forma que emerge os conflitos, uma vez que esta transição é realizada, geralmente, de forma abrupta, incitando invariavelmente, à informalidade (SULZBACHER; DAVID, 2008). Nesse momento, entra na lógica puramente econômica, como defende Bourdieu (2008, p. 19): *“los vínculos reducidos a su dimensión puramente ‘económica’ son concebidos como vínculos de guerra, que sólo pueden entablarse entre extraños. El lugar por excelencia de la guerra económica es el mercado”*.

Os empreendimentos analisados neste trabalho são agroindústrias familiares rurais (AFRs), portanto, de pequena escala de produção seja pela racionalidade da família, seja por sua restrita alocação nos fatores de produção. Silveira e Guimarães (2007) alertam que, mesmo assim, as ações de legalização apoiadas por políticas públicas impactaram nos processos de produção, ameaçando a característica artesanal dos produtos pela padronização das técnicas adotadas e induzindo à necessidade de aumento de escala de produção para alcançar a capacidade de retorno em relação aos investimentos realizados.

A legislação ambiental se torna, para esses empreendimentos, um pressuposto a superar. Silveira e Guimarães (2007) alertam que as exigências legais apresentam-se incompatíveis com a capacidade de investimento das AFRs, dada sua pequena escala de produção. Assim, surgem muitos conflitos entre os agricultores e os fiscalizadores, entre os agricultores e o meio ambiente, entre sua situação econômica e a legislação vigente, entre os agricultores locais e outros grupos de agricultores, que tornam dificultosas as ações para uma busca alternativa de intervenção em dado contexto (REDIN, 2009).

Nesse sentido, entre os conflitos socioambientais, a participação dos agricultores no processo de busca de legitimidade e legalização são fatores que conduzem o pano de fundo da análise aqui apresentada.

Dessa forma, busca-se antecedentes da realização/elaboração do projeto, em que se aborda a escolha do projeto e a entrevista com os agentes de extensão, os informantes-chave que coordenaram o trabalho e outros que participaram da elaboração/execução do projeto aqui apresentado para efeitos de embasamento e apropriação de argumentos. Assim, de posse das informações de caráter inédito-empírico, organizou-se a discussão em quatro tópicos: antecedentes, elaboração do projeto, execução do projeto e as contradições internas e externas da Rede da Casa. Ao final, realizou-se a análise crítica. Além disso, dentro desse emaranhado de informações, será apresentado o problema, a intervenção, um breve referencial teórico sobre participação e, por último, a concepção deste autor.

Outrossim, cabe deixar explícito que a visão deste autor não esgotará tal assunto, muito menos será considerada como opinião única de todo o processo, que, por ora, poderá tornar-se contraditória, caso não se conheça a complexidade dinâmica em que os atores envolvidos no projeto eram/são alvos da realidade em que se apresenta.

ANTECEDENTES

Este recorte, antecedente da história do projeto, faz-se importante para efeitos da análise da participação dos diferentes atores: técnicos da universidade, agricultores donos de AFRs, atores políticos da Quarta Colônia e técnicos de extensão públicos, envolvidos no projeto aqui tomado como objeto de reflexão.

Os primeiros passos da construção deste projeto aconteceram quando as lideranças da Rede da Casa mantiveram contato com os pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria. A procura deu-se pela tentativa de buscar assessoria para a Rede da Casa, uma vez que esta se sentiu debilitada para formar uma estrutura de apoio e enfrentar os desafios que tinha pela frente, ou seja, a necessidade de assistência técnica capacitada, a busca de mercado, o desafio da legalização ambiental e sanitária das AFRs, que, sem apoio externo, aumentariam dificuldades.

O contato dos pesquisadores com as lideranças da Rede [re]aproximou a universidade nas questões que envolviam o processo de qualificação das agroindústrias familiares rurais (AFRs) da Quarta Colônia. Alguns integrantes do grupo de Estudos “Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Rural”, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER), propuseram-se, na figura do Professor Paulo Roberto Cardoso da Silveira, a desenvolver um projeto para buscar recursos e articular toda essa estrutura de apoio que era demandada pelos agricultores da Rede da Casa.

Para elaborar o projeto, a equipe de pesquisadores do DEAER promoveu um espaço de discussão com os agricultores ligados à Rede da Casa, com o intuito de conhecer a realidade, a sua história, o seu funcionamento, os seus integrantes e, principalmente, quais eram as demandas/necessidades dos agricultores no momento. Após várias reuniões com os integrantes da Rede, percebeu-se uma complexidade de problemas existentes; alguns com um avanço maior em relação a outros, devido, principalmente, à intervenção do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE RS).

O grupo de agricultores colocou aos agentes de extensão que a questão que envolvia a parte sanitária já tinha evoluído bastante no aspecto da qualificação, tanto dos recursos humanos como das estruturas produtivas (agroindústrias). Os limites que agora estavam enfrentando eram estruturais. Para isso, era necessário financiamento e crédito, além de assessoria técnica qualificada. Desse modo, a equipe percebeu que a qualificação das estruturas exigia recurso financeiro e, portanto, a universidade não teria muito no que intervir dentro da realidade colocada, apenas poderia agir no que tange à elaboração de ações de pesquisa e extensão.

Outra questão que foi colocada pelos agricultores nos momentos de reuniões refere-se às cobranças pela licença ambiental para os estabelecimentos. Essa demanda foi inserida como uma necessidade mais relevante e urgente para os agricultores, uma vez que o Promotor de Justiça da Região vinha desenvolvendo um projeto em relação aos cuidados com o meio ambiente, iniciando com as questões relativas à recuperação da matas ciliares. Dentre os fatos que contribuem para as exigências quanto a validação legal dos empreendimentos, está o fato do destaque alcançado pela Rede da Casa na região da Quarta Colônia e, portanto, as agroindústrias passaram a ser vistas também como uma forma de poluição ao meio ambiente. Para tanto, começou-se uma discussão em que se notou que a maioria das agroindústrias que compunham a Rede não estavam legalizadas. Nesse sentido, a preocupação dos “agentes da lei” era com que se começasse um processo pela busca de legalização o mais rápido possível, o que ocasionaria uma pressão constante no que tange à atuação da Rede da Casa e dos gestores públicos.

Preocupados com a conjuntura, os empreendedores em processamento de alimentos necessitavam de um apoio para tal, uma vez que as exigências para a legalização das

agroindústrias familiares rurais em nada se diferenciavam das cobranças das grandes agroindústrias, o que significava muitos investimentos para tal em proporção inadequada ao padrão de funcionamento das AFRs dentro dessas circunstâncias. Também se mostrava importante o problema ambiental, pois a vigilância sanitária aderiu a ideia do promotor de justiça e se posicionou contrariamente a legalização sanitária das AFRs, sem ser solucionado o problema ambiental, assim elas continuariam consideradas “ilegais”. Isso se mostrou como um problema para os agricultores da Quarta Colônia.

Os agentes de extensão perceberam, ao longo das conversas, que a discussão ambiental nunca tinha sido tratada nos processos de qualificação anteriores à intervenção da universidade. Isso tem uma explicação histórica, se for considerado que quando implantado o programa Sabor Gaúcho, pelo governo de Olívio Dutra (1999-2002), a questão ambiental foi colocada em segundo plano diante do desafio de legalização sanitária e das questões gerenciais. Esse projeto foi um marco para as agroindústrias familiares rurais no território gaúcho, pois os maiores investimentos concernentes a essa estratégia de desenvolvimento se deu nesse programa. Com o objetivo de facilitar e agilizar o processo de implantação das agroindústrias, fez-se um convênio que envolvia a Fepam e a Emater, no qual os escritórios municipais da Emater tinham autonomia para realizar e aprovar o licenciamento ambiental.

Na prática, os técnicos da empresa de extensão realizavam os projetos com a implementação de um sistema de tratamento, pois eles tinham a autonomia de validar sem necessitar a legitimação da Fepam. Se, por um lado, existia a agilidade no processo e o baixo impacto ambiental, por outro, a questão ambiental de forma facilitada não ganhava a relativa importância que merecia, ao mesmo tempo em que as questões sanitárias eram relegadas a importantes “cobranças”, sendo muito difíceis de solucionar. Desse modo, as questões ambientais que acabavam sendo “facilitadas” eram deixadas de fora do cenário de discussão e, como os técnicos da Emater local usavam um sistema de resíduo uniformizado e padronizado, o problema futuramente se localizou com intensidades maiores no momento em que não o programa deixou de existir.⁴

O processo era conduzido sem o envolvimento das AFRs; dessa forma, a participação no debate ambiental era restrita e os empreendedores não se apropriaram da temática e de sua implicação na atividade produtiva. São nessas circunstâncias que, aliadas às pressões dos órgãos que procuram efetivar a validação legal, se movem os agricultores da Rede para se organizarem, a fim de tentar encontrar uma saída para que pudessem continuar comercializando seus produtos. Os contatos e as reuniões com os agentes de extensão basearam-se na dificuldade das AFRs em se adequarem à legislação, pois esse desafio poderia afetar a sobrevivência da atividade.

Esse processo de identificação do problema ambiental, que foi discutido em conjunto com os agricultores, necessitava de uma intervenção nas agroindústrias familiares para continuar seu processo de comercialização até que atendesse aos anseios da lei. O esforço dos agentes de extensão da universidade foi no sentido de conhecer bem a realidade e como o meio ambiente veio sendo tratado nos últimos anos.

⁴ Informações da entrevista com os agentes de extensão participantes ativos do projeto.

O interessante de se abordar, nesse momento, é que os agentes de extensão não criaram uma necessidade, como geralmente acontece, em que se faz um projeto e, posteriormente, tenta-se adequá-lo a algum lugar de interesse. A necessidade foi percebida pelos agricultores e a universidade inseriu-se para tentar contribuir na identificação da problemática e dos possíveis meios para solucioná-la. Nesse contexto, antes de o projeto ser idealizado, foi sendo construído a partir de discussões junto aos interessados (empreendimentos e agentes de desenvolvimento), demonstrando que o projeto não fica distante da realidade deles, como se percebe em outras experiências.

ELABORAÇÃO DO PROJETO

Previamente identificou-se o problema ambiental, em conjunto com os agricultores e a equipe de Extensão Rural da universidade, e iniciou-se a discussão das ações de intervenção que seriam realizadas nas agroindústrias familiares rurais (AFRs) vinculadas à Rede da Casa, na Quarta Colônia. O grupo de pesquisadores da Extensão Rural, coordenados pelo Professor Paulo Roberto Cardoso da Silveira, e os pesquisadores vinculados ao Departamento de Solo, coordenados pelo Professor Danilo Rheinheimer dos Santos, discutiram a problemática vivenciada pelos agricultores da Quarta Colônia. O grupo multidisciplinar teve alguns motivos para se formar na busca de uma intervenção mais eficaz no campo prático. O Departamento de Solos porque trabalha as questões ambientais, da água, ou seja, realizaria todas as análises laboratoriais necessárias para pós-certificação/aval da universidade. O grupo de Extensão Rural, uma vez que já vinha trabalhando na discussão do problema com os agricultores familiares, possibilitaria toda a parte do diagnóstico/reconhecimento local do trabalho a campo nas AFRs.

A junção do grupo multidisciplinar foi importante para entender que, se as agroindústrias tivessem que cumprir em integral a legislação ambiental, de forma alguma conseguiriam manter-se no canal de comercialização, pois, como já retratado, isso criava um outro problema, ou seja, se não se adequassem a primeira, não conseguiriam se adequar à legislação sanitária.

A dificuldade girava em torno das exigências que a Fepam utiliza como padronizadas e não diferencia grandes agroindústrias de pequenas, com uma escala muito diferente de produção, o que acaba inviabilizando as AFRs de se legalizar devido aos altos requisitos que envolvem muitos investimentos por parte delas. Na construção de uma possível solução para o problema, numa tentativa de proporcionar métodos alternativos para legalização das AFRs perante os órgãos de fiscalização, buscou-se uma experiência usada pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em Encantado, que trabalhou para buscar métodos alternativos para o tratamento de dejetos de suínos. A experiência da UERGS no uso de biofiltros físicos alternado com plantas macrófitas para o tratamento de dejetos de 120 suínos mostrou-se eficaz e serviu de inspiração para o grupo da UFSM na indicação de uma proposta de intervenção alternativa aos altíssimos investimentos que a legislação normalmente exige de uma agroindústria.

Antes de construir/elaborar o projeto, o grupo apresentou a proposta de intervenção para os agricultores, maiores interessados pela solução dos problemas. O grupo de agricultores envolvidos na Rede da Casa aceitou muito bem a ideia inicialmente, mas levantou uma questão óbvia para eles: “Se o uso desses métodos alternativos propostos pela univer-

cidade garantia que a Fepam liberaria e legalizaria suas AFRs?”. Respondendo a esta questão, os agentes de extensão informaram que essa garantia não poderia ser dada, mas que o aval/legitimação da universidade (caso os métodos funcionassem de forma eficaz) seria bastante significativo, pois, posteriormente, seria vinculado ao CNPq. Dessa forma, os agricultores concordaram com a ideia.

A partir desse marco foi colocado pelos agentes de extensão que o projeto necessitaria uma discussão em cada fase de implementação, para que todos ficassem informados e pudessem participar ativamente do andamento do projeto. Ainda não satisfeitos com a conversa com os agricultores, o grupo de pesquisa, antes ainda da elaboração do projeto, fez um levantamento ambiental dos problemas de cada agroindústria familiar para conhecer/diagnosticar e ter base para construir o projeto de forma que pudesse ser aprovado perante o CNPq.

Após toda essa discussão dos agentes de extensão com os agricultores e internamente, foi iniciada a construção/elaboração do projeto formal. O projeto construído [na lógica apresentada na introdução] foi enviado ao CNPq, encaixado em uma das propostas de editais abertos para tal, o qual foi aprovado e liberado os recursos financeiros após quatro meses. O montante, aproximadamente de R\$ 42.000,00, foi usado para a aquisição de equipamentos para as análises laboratoriais, para as despesas dos agentes de extensão a campo e para a construção de três unidades experimentais nas AFRs que fossem instaladas segundo as definições que seriam tomadas nas etapas iniciais do projeto.

Após essa aprovação, fez-se novamente uma reunião com as AFRs envolvidas, para apresentar todas as etapas do projeto e o montante de investimentos que se teria para idealizá-lo. Após essa apresentação, iniciou-se um debate com os agricultores sobre como iriam continuar a participar do projeto.

Nesse momento surgiu uma indagação importante de se analisar ao que se refere ao processo. Uma preocupação por parte dos agricultores, depois de o projeto aprovado, era o seguinte: “mas e nós iremos obter recursos financeiros com esse projeto?”. O interesse que movia a participação dos agricultores referia-se a uma busca individual de vantagens. Quando argumentado aos agricultores que os mesmos não receberiam recursos, mas somente a implementação de três unidades experimentais, em locais ainda a serem definidos depois da fase inicial de diagnóstico, eles tiveram uma surpresa, e o interesse pelo mesmo começou a ser menos empolgante.

Nessa proposta de intervenção existia outra problemática, após a tomada de decisão em utilizar essa experiência com as AFRs. A inquietação surgiu no momento em que os agricultores sentiram-se ameaçados pelo tempo em que o projeto levaria (dois anos) para mostrar que os métodos alternativos de tratamento dos poluentes poderiam ser realmente eficazes. Então, se por um lado, o uso de tecnologias (métodos) alternativas de baixo custo e acessíveis eram interessantes por parte das AFRs, por outro existia a preocupação de que os órgãos de fiscalização não aprovassem ou legitimassem essa estratégia de intervenção nas AFRs que, mesmo sendo eficaz⁵ naquela escala de resíduos emitidos por estas, ocorreria a probabilidade de não serem legalizadas.

⁵ Entende-se, aqui, ser eficaz como se os poluentes liberados pelas AFRs no meio ambiente não causassem nenhum dano com o uso de tecnologias alternativas.

Tal fato provocou uma nova discussão e uma proposta de intervenção mais forte pelo grupo de Extensão Rural, o qual propôs, na figura do Professor Paulo Roberto Cardoso da Silveira, uma proposta de validação social, ou seja, usar-se-ia um acordo com todos os atores sociais (agricultores, Condesus, Sebrae, Vigilância Sanitária, CISPOA, SIM, prefeituras municipais e outros), apoiado na ideia de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que vinha com um objetivo básico: que as agroindústrias familiares rurais se responsabilizassem em se adequar, num período de dois anos (período de vigência do projeto), possibilitando que elas já pudessem comercializar seus produtos no terminal, às margens da rodovia RS 287, localizado no município de Restinga Seca. Se, após esse período, existissem ainda agroindústrias que não conseguissem acompanhar os métodos alternativos propostos, estabelecer-se-iam parâmetros para sua inserção ou não na rede de comercialização, uma vez que era necessária a vontade/esforço também por parte do agricultor para que o processo acontecesse; caso contrário, não ocorreria evolução.

Nessa proposta, a ideia inicial não era legalizar, mas acrescentar ao processo um conjunto de entidades que trabalhassem unidas com os produtores nas suas unidades de produção, com objetivo de qualificar todo o processo, buscando acrescentar uma qualidade diferencial ao produto. O monitoramento tinha em vista colocar ambas as partes em responsabilidade com o objetivo final, por isso a validação social se mostrava interessante e seria um processo que, futuramente, poderia levar à construção de novos parâmetros para o processo de legalização, especialmente ambiental, das agroindústrias.

Após essa elaboração/aprovação/discussão do projeto até o momento, o projeto começou a ser executado. A realidade e os constantes fluxos dinâmicos de complexo entendimento de interesses: dos agricultores da Rede da Casa, dos órgãos públicos e órgãos de fiscalização movimentaram constantemente o andamento do projeto e suas intervenções foram movendo as discussões em pleno andamento do projeto.

EXECUÇÃO DO PROJETO

Após todas as conversas/discussões anteriores, iniciou-se a execução do projeto. O reconhecimento das agroindústrias familiares rurais se deu em dois momentos e em duas conversas/entrevistas com os agricultores. A primeira teve como finalidade entender como o agricultor pensava/agia frente às questões ambientais, em relação aos atores públicos e aos órgãos de fiscalização e, em outro momento, definindo o histórico da AFRs, a organização da produção e a infraestrutura. Concomitantemente a esse processo, parte do grupo buscava entender, mediante um questionário semiestruturado, as ações da Emater e da Secretaria do Meio Ambiente ou da Agricultura de todos os municípios envolvidos com as agroindústrias da Rede da Casa.

Todo esse processo ainda necessitava de uma validação perante os atores sociais envolvidos nessa proposta de melhorar a situação ambiental das AFRs. Em mais um encontro, dessa vez com a presença do Promotor, o grupo apresentou o TAC e como ele seria implementado para que esse processo não demorasse e inviabilizasse a continuidade das AFRs até o projeto terminar. Ambos os lados, agricultor e promotor, acreditaram ser interessante o processo, porém o promotor não quis comprometer-se perante a lei, e a Rede da Casa ficou com receio de arriscar-se sozinha nesse processo. Esse é um dos pontos de estrangulamento do andamento do projeto, mas que, nem por isso, deixou de continuar.

Para Genro et al. (2008), esta forma de tratar os problemas ambientais segue a Lógica do Imperativo Técnico. O termo imperativo refere-se à imposição de normas por um agente público investido de legitimidade jurídica (calcada na legislação ambiental vigente no país) e na legitimidade científica (calcada no conhecimento produzido pela ciência) diante da população envolvida em atividades que gerem impacto ambiental.

Os diagnósticos levantados nas agroindústrias familiares serviram de base para o grupo se reunir e analisar quais delas necessitariam de intervenção na questão ambiental propriamente dita. Nesse momento, de posse dos dados e em reunião interna dos agentes de extensão, verificou-se que algumas agroindústrias não necessitariam de ação, pois a geração de resíduos era pouco significativa e com baixo impacto ambiental, além do que uma unidade experimental necessitava demanda frequente e um volume razoável na emissão de resíduos para que atingir seus objetivos.

Após analisados e discutidos os dados, foi elaborado uma proposta de *feedback* para os agricultores, concomitantemente a um processo de conscientização da importância dos impactos ambientais. O seminário, intitulado “A Qualidade Sanitária e Ambiental nas Agroindústrias Familiares Rurais Organizadas na Rede Casa – Ajustando Condutas e Planejando Soluções”, teve como objetivo reunir os agricultores da Rede da Casa, os órgãos de fiscalização, as lideranças da Quarta Colônia e as entidades públicas afins. Na oportunidade, foram discutidos todos os problemas ambientais e as atitudes da sociedade perante isso. Num segundo momento, demonstraram-se algumas informações gerais dos dados levantados a campo e sua importância no que tange aos objetivos do projeto. Ao final, propôs-se um espaço de discussão para planejar os novos rumos que a Rede da Casa poderia tomar frente ao processo de desenvolvimento.

Contudo, a participação limitou-se aos agricultores da Rede da Casa, algumas lideranças municipais e outros envolvidos, ou seja, o engajamento e a preocupação com as questões ambientais nas AFRs da Quarta Colônia se mostram como um processo individual e não uma construção social. A existência da necessidade de legalizar-se parece ser responsabilidade somente das AFRs e não tendo nenhum apoio dos municípios envolvidos.

As unidades de tratamento experimentais foram definidas pelos integrantes do grupo de pesquisa pelo critério do nível de impacto ambiental, sua importância no tratamento dos resíduos e, principalmente, pela demonstração por parte dos agricultores beneficiados em resolver seu problema ambiental e estar disponível para eventuais investimentos para a instalação das unidades experimentais alternativas, consideradas de baixo custo, em comparação aos habituais investimentos que necessitam para legalizar uma agroindústria perante a legislação.

Após a análise das informações do diagnóstico, foram definidas quais as três agroindústrias familiares a serem beneficiadas com as unidades experimentais de resíduos líquidos e contatados os agricultores beneficiados para o apoio em questões da viabilidade de instalação. A equipe dirigiu-se a campo para o início do trabalho de montagem nas AFRs. Outra unidade de resíduos sólidos seria montada em outra agroindústria, mas quando hes foi informado de que os equipamentos, após o término do projeto, voltariam para a universidade eles não mostraram interesse em tal. Acabou-se viabilizando essa estrutura nas dependências da UFSM como uma unidade demonstrativa e experimental para estudos acadêmicos e a fins da utilização da comunidade em geral.

Em conversa com a equipe do Departamento de Solos, as unidades demonstrativas, que tinham como objetivo fazer o tratamento dos resíduos líquidos de forma simples, de baixo custo e de forma eficaz, perceberam que estavam conseguindo atingir os objetivos dentro daquela escala de produção em que a mesma estava operando. Supostamente, ao aumentarem a escala de produção substancialmente, necessitariam de reajustes no sistema.

Se, por um lado, o projeto se propunha a oportunizar métodos alternativos para o tratamento de resíduos e, nesse sentido, comprovar com informações científicas que esses métodos são eficazes e podem ser uma forma de solucionar o problema inicial do projeto; por outro, o que se percebeu é que, na verdade, o problema que o projeto tinha se proposto era apenas um, entre tantos, e que isso era mais complexo do que a equipe imaginava.

CONTRADIÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DA REDE DA CASA: UMA ANÁLISE DO PROJETO

A Rede da Casa como organização de empreendedores que possuem agroindústrias familiares rurais é resultante de um processo histórico de vinte anos de capacitação e qualificação das AFRs na Quarta Colônia. Desse modo, as dezesseis agroindústrias que participam desse processo são aquelas que conseguiram evoluir e se diferenciaram em relação as outras que não estão vinculadas.

O primeiro ponto a se analisar aqui é que não existe a concepção da associação de que ela seja resultado da longa trajetória de incentivos e apoio às agroindústrias, que receberam atenções especiais, possibilitando sua diferenciação. Ainda se percebe que as lideranças políticas têm uma responsabilidade moral com elas, o que com as outras não acontece, ou seja, as outras AFRs não ligadas à rede estão esquecidas do conjunto de ações para o desenvolvimento da região.

Nessa concepção, a Rede da Casa exige que essa diferenciação ou mesmo evolução no que se trata das condições das AFRs seja levada em conta, mas o que não é percebido pelos participantes é que esse resultado provém de um longo processo de crédito, de programas de desenvolvimento das AFRs, de auxílio técnico, de projetos e benefícios que promoveram certa distinção em relação as não contempladas ou que pouco evoluíram por questões limitantes individuais.

Na busca de tentar caracterizar a participação dos agricultores da Rede da Casa, retoma-se Linhares et al. (2004), quando retrata que a participação do agricultor familiar nesse processo pode se dar de forma isolada e voluntária, iniciando um processo de aproximação e envolvimento de outros agricultores e parceiros em torno de uma proposta viável. Esta pode ser a forma embrionária de um planejamento participativo que começa pela própria iniciativa dos agricultores. Já num estágio mais avançado, a participação pode se dar de forma organizada e representativa, por meio de grupos de interesses, associações, conselhos, sindicatos, cooperativas etc., influenciando na construção de políticas públicas que venham ao encontro de seus interesses e demandas.

Como visto, os agricultores estão organizados como uma associação de AFRs (Rede da Casa), que resultou de um processo de políticas públicas vinculadas à região e, atualmente, se esforça em conseguir políticas que possam auxiliar no seu desenvolvimento. Um exemplo prático disso é a busca da Rede da Casa por uma assistência junto à UFSM

para auxiliá-los a enfrentar os desafios de comercialização, entre outros. Contudo, a inserção da Rede da Casa ainda não consegue ser representativa a ponto de influenciar políticas públicas na Quarta Colônia, muito menos no município. Isso se deve a vários fatores, como a própria divergência de interesses do grupo, o descaso das lideranças municipais para a questão das AFRs, a dependência do Condesus, entre outros.

Como abordado durante o trabalho, percebe-se que a participação aconteceu desde a demanda dos agricultores associados sobre uma assistência nos problemas em que vinha atuando. É bem verdade que a participação deve envolver todas as pessoas com interação e diálogo constante, sendo aquela atitude “participativa”, e isso não aconteceu completamente, por alguns motivos muito conhecidos durante o envolvimento dos agricultores.

Para Linhares et al. (2004), o papel de destaque do agricultor familiar deve se dar em todos os momentos do processo, contribuindo desde a animação da comunidade rural da qual faz parte, passando pelo diagnóstico participativo, organização das ações, execução do projeto, pelas eventuais correções a serem feitas, pelo acompanhamento até a avaliação e retomada do planejamento.

No caso apresentado, depois do contato inicial, nota-se o esforço dos agentes de extensão no sentido de promover um projeto que deveria ser envolvido os agricultores em todas as fases. Esse processo, na prática, aconteceu até a execução do projeto, após isso não se consegue ter uma continuidade desse envolvimento pelas divergências internas de como e quanto se deve avançar.

O grupo que envolvia a Rede da Casa tinha diferentes concepções e diferentes interesses no que se refere à ação que se deveria adotar. Para exemplificar, o Condesus arrecadou recursos e construiu o terminal, para que acontecesse a comercialização dos produtos da Quarta Colônia, próximo à RS 287, mas, por motivos legais, ainda não está em funcionamento, tendo, portanto, um ativo permanente em plena depreciação e espaço ocioso. Nisso, o Condesus repassou a responsabilidade de abrir o terminal para a Rede da Casa, pois já possui um histórico e, por isso, se mostra mais apta e organizada para tal. É nas conversas com os agentes de desenvolvimento e nas discussões internas que a rede resolveu fundar uma cooperativa, para alavancar recursos e facilitar todo o processo de comercialização, uma vez que é necessário, pois ultrapassa os limites territoriais dos municípios e facilitaria a resolução de alguns problemas de validação legal. Dessa forma, o propósito da cooperativa é conduzir as ações para que o terminal possa abrir e estar em pleno funcionamento.

É nesse contexto que surge a primeira contradição (contradição externa), uma vez que a Rede da Casa assume essa responsabilidade, pois através da cooperativa teria de conduzir o processo de inauguração do terminal. O maior problema é que as lideranças da Rede da Casa têm interesses diferentes do restante dos integrantes. As lideranças mais envolvidas no processo pretendem crescer rapidamente e alcançar circuitos longos de comercialização, conseqüentemente, necessitam aumentar escala, investimentos, mão de obra e outros fatores de produção. Já o restante não tem interesse em fazer investimentos nas AFRs, muito menos aumentar a escala de produção ou sair do circuito curto, onde os locais de comercialização já estão consolidados e não ambicionam avançar mais, devido a uma série de limitações nos fatores de produção da unidade. Essa última contradição interna se refere ao mercado que se deve atingir e ao ritmo que se deve avançar.

Anterior a todo esse processo, muitos já comercializavam seus produtos, no Supermercado Dois Irmãos, sem nenhum processo de validação legal causando empecilho. No momento em que ocorreu o andamento do projeto, as lideranças conseguiram inserir seus produtos no Carrefour, beneficiando-se de todo o histórico de trabalho da Rede da Casa, desde sua idealização, passando por sua constituição com a participação em feiras, eventos e todo um esforço dos líderes até sua constituição formal. É preciso alertar que a empresa fez um processo de seleção das agroindústrias que poderiam ser fornecedores sem necessitar de legalização, e aconteceu que somente três delas entraram, ou seja, as lideranças que estavam interessadas nisso e que já tinham condições de investimento. Foi nesse processo que o interesse de legalizar-se diminuiu, pois já haviam conseguido atingir um circuito longo sem essa necessidade, o que era mais interessante para eles.

Percebe-se, nesse contexto, que existe uma disparidade entre a rede no momento em que o Carrefour selecionou somente três agroindústrias para fornecer produtos coloniais à empresa. A concepção da liderança em avançar e mesmo a própria relação dos demais com o projeto que estava sendo executado, em que existia um “certo descaso”, pois entendiam que o problema ambiental não existia e muitos acreditavam e preferiam continuar a vender informalmente. A diferença de concepções e ambições dos integrantes não motivou a ter uma participação mais efetiva de todo o grupo em relação ao projeto, e as estratégias adotadas pela Rede da Casa caracterizou uma contradição interna.

O mesmo aconteceu com a legislação sanitária, se por um momento eles não tinham muitos impactos ambientais, a ponto de ser necessário um tratamento mais efetivo; por outro, não fazem questão de buscar formas de validação legal sanitária, pois seus interesses se voltam a vender informalmente. Portanto, o grupo da Rede da Casa se divide em dois, no momento em que tem diferentes concepções: o “lado” das lideranças que objetivam crescimento, aumento de escala e circuito longo, e o “lado” da maioria dos agricultores que preferem circuitos curtos, manutenção da escala por fatores limitantes e continuidade da condição informal.

As conduções de participação do grupo da Rede da Casa com a UFSM se deu na forma de discussões em grupo. Honsberger e George (2002) salientam que essa técnica tem como ponto positivo a oportunidade que todos têm de obter informações e expressar suas opiniões. É nessa perspectiva que a equipe de extensão imaginava que conseguiria a participação de todos no debate e, desse modo, conseguiria entender a racionalidade dos agricultores. Contudo, não foi dessa forma que muitas das informações foram expressas, pois os líderes dos grupos mantinham a “voz” e conduziam o processo por onde acreditavam ser mais benéfico a eles.

Na lógica imaginária, pensava-se que existiria uma sintonia no grupo, mas, na realidade dos discursos, começaram a ser mais evidentes o contato individual com cada responsável pelas AFRs. Somente nesse momento conseguiu-se notar os interesses diversos que existiam dentro da Rede da Casa, devido a muitos fatores particulares de cada unidade de produção, que não serão citados aqui. Entendido isso, a participação poderia ser reflexo de uma vontade específica na busca de recursos financeiros para investir nas suas agroindústrias. Até o momento da efetivação formal do projeto eles não tinham claro que não existiria recurso a fundo perdido para se beneficiarem. Essa falsa expectativa moveu a condução da participação inicial do projeto, mas, quando ocorreu a apresentação do projeto, notificaram que somente seriam contemplados com unidades experimentais aqueles

que, após o diagnóstico, se enquadrassem nas definições iniciais do projeto. Após a apresentação dos resultados do diagnóstico realizado a campo, propondo-se as AFRs que, possivelmente, poderiam ser as contempladas com unidades experimentais, é que a participação começou a ser menos atuante ainda.

A experiência com a Rede da Casa poderia ser classificada como um método de participação mediante acompanhamento, em que as pessoas envolvidas participam de forma conjunta com o apoio de organizações externas e a seleção de alternativas e decisões é feita pelos participantes. No entanto, verificou-se que alguns integrantes da rede apenas participam desse processo, pois o entendem como um meio para atingir um interesse individual, o que, muitas vezes, causou problemas de construção do processo em si. Nos espaços de discussão, percebeu-se que existe uma participação mais ativa dos líderes, maiores interessados, e uma participação considerada passiva do restante. Ou seja, as lideranças que moviam a organização da Rede da Casa eram certamente impositivas nas ações que a associação devia tomar, sempre pregando interesses individuais mais do que os coletivos. Muitas vezes, as lideranças demonstravam sua angústia perante os outros integrantes, alegando que: *“não tinham o mesmo ritmo e precisavam estar sempre correndo atrás para que as coisas andassem”*.

Partindo de uma análise do andamento da situação, a equipe de trabalho percebeu, nos diagnósticos, que o problema ambiental era um deles, mas não contemplava todos, pois muitos não necessitavam de uma intervenção devido a pouca escala, sendo que uma organização dos resíduos no momento da produção já se tornava eficaz. Nesse contexto, merece destaque o enfoque participativo, que preza que as informações e as ações devem ser pensadas ou mesmo dialogadas a ponto de o agricultor decidir tal ação. O que se pretende criticar é que esse processo de decisão precisa ser pensado com os agricultores na sua essência e verificar se a ação proposta pelos agricultores realmente poderá resolver seus problemas. Ao contrário, o papel do técnico pode perder o sentido no momento em que se fundamenta totalmente no empírico para formular ações futuras, por isso é necessário desenvolver ações ou mesmo metodologias que, aplicadas, possam conferir um grau maior de eficácia no momento da participação. Do contrário, as ações poderão ficar restritas a interesses individuais ou mesmo coletivos que não vão resolver os problemas ou, ainda, irão causar outros.

As diferentes concepções que tinha o grupo da Rede da Casa sobre os problemas ambientais, sobre a forma de se organizar e sobre o ritmo que deveria seguir eram alguns problemas internos, que são pontos de estrangulamentos. Alguns pontos serão discutidos a seguir, levando em consideração os percalços do projeto, entendendo que não é por ordem hierárquica nem uma concepção definitiva, mas que é interessante de se analisar nesse cenário.

O projeto em que os agentes de desenvolvimento tomaram por posição sempre envolveu os responsáveis pelas AFRs como um ator fundamental no processo. A ideia inicial era que as unidades experimentais, além de serem importantes ferramentas para discutir cientificamente os métodos alternativos, também poderiam ser eficazes para fins de validação legal e pudessem servir para os agricultores/empreendedores aprenderem ou mesmo perceberem a importância do meio ambiente e como as atividades que ele conduzia também eram potenciais agentes poluidores. Era um meio de tentar conscientizá-los da importância do cuidado com as atividades que vinham desempenhando para serem trata-

das de forma mais cuidadosa e, desse modo, melhorar as condições para a tentativa de uma atividade mais sustentável ambientalmente.

Nas AFRs em que foram instaladas as unidades experimentais, percebeu-se que elas foram importantes e solucionaram temporariamente os resíduos líquidos que eram despejados sem tratamento. Adverte-se, temporariamente, pois se aumentar a escala de produção será necessário uma readequação da unidade experimental. Nesse, poder-se-ia afirmar que a ação localizada contribuiu para os cuidados com o meio ambiente e, em parte, como um método alternativo de baixo custo e eficaz, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

O principal problema que o projeto se fundamentava acabou sendo percebido pelos agentes de extensão como um problema pontual, portanto, de caráter individual e que não atendia aos objetivos coletivos. O real problema que estava por trás de todo o andamento do projeto era, especialmente, a organização da Rede da Casa. Os envolvidos não conseguiam se organizar como uma associação, muito menos politicamente, para conduzir as ações frente ao Condesus, que responsabilizou a Rede da Casa para que o terminal de comercialização fosse aberto, pois não chegaram a um consenso e não têm interesses em comum.

A equipe interventora conseguiu perceber isso, mas não teve ações necessárias que pudessem contribuir nesse aspecto, pois envolve muitos interesses individuais e políticos que estão fora do alcance da universidade. A inserção das lideranças políticas, bem como do Condesus e os conflitos entre eles fazem com que o processo não se desenvolva.

Os agentes de extensão frente a uma série de fatores macroambientais notaram alguns problemas que se tornaram empecilhos ao andamento. Um deles, como já citado enfaticamente, são as diferentes concepções do que era o problema, pois os agricultores não tinham claro ou não conseguiam visualizar o real problema da Rede da Casa. Mesmo com o esforço dos agentes de extensão em conhecer a realidade, não foi suficiente para perceber um aspecto intangível no grupo, que se fundamentava muito mais na falta de organização interna e externa.

A maioria dos agricultores, apesar de alguns pequenos problemas ambientais, não tinha interesse em investir esforços para modificar a situação presente. Um dos motivos dessa comodidade deve-se a um processo histórico de mais de vinte anos de auxílios em investimentos econômicos, intervenções favoráveis e que moviam os agricultores a imaginarem que não precisavam fazer esforço para efetivar uma ação. A concepção de comodidade perante o processo foi um ponto de destaque nesse projeto.

Talvez a falta de conscientização pudesse ser levantada como algo importante, contudo, é necessário fazer uma indagação pertinente, pois será que ainda é necessário qualificação dos responsáveis pelas AFRs depois de tantos anos de cursos de formação e qualificação? Além do que a Rede da Casa é um grupo seletivo de agroindústrias familiares que conseguiu se diferenciar das tantas outras que estavam em funcionamento desde o início do programa de incentivos. Para Sulzbacher et al. (2008), seria ingênuo acreditar que os conflitos entre as concepções dos agricultores e dos peritos, que envolvem também a atuação dos diferentes atores sociais, poderão ser resolvidos com um simples salto qualitativo ou quantitativo, seja através de uma enxurrada de cursos de qualificação, seja através de contínuos espaços de discussão. Parte-se, agora, para a necessidade de ações concretas e da atribuição de funções a cada ator social.

Outro ponto que envolve as questões macroambientais são as concepções políticas existentes na Quarta Colônia que, independente de posições partidárias ou afins, imperam qualquer processo de desenvolvimento se não conduzirem ações conjuntas com os potenciais atores do desenvolvimento rural. Divergências inclusive com os agentes de desenvolvimento imperam a ação em prol do desenvolvimento da região.

As reflexões dessa análise de experiência não terminam por aqui, muito menos se esgota o assunto. A análise desse projeto é dada principalmente pelos agentes de extensão que participaram efetivamente do projeto, portanto uma análise crítica unilateral, ou seja, pode ser contraposta e inevitavelmente ser colocada novamente ao plano de discussão.

ANOTAÇÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR

Analisar essa experiência não se torna tão fácil quanto se imagina, porque, muitas vezes, é preciso fazer uma autoanálise crítica. Inferir que se poderia não ter sido eficaz no desenvolvimento do projeto é uma tarefa não muito motivadora. Porém, quando se trata de relatar as concepções em que realmente aconteceu, nada mais ético do que se autoavaliação para posterior análise dos atores principais do projeto.

É bem verdade que se pecou em parte, por outro lado, é notável que as propostas de intervenção são mais eficazes quando se tem interesses coletivos realmente dispostos a enfrentar os desafios. Desse modo, as diferentes concepções que envolveram o andamento do projeto conduzem para algo ainda a ser superado: se, por um lado, existe motivação dos agentes de desenvolvimento em se preocupar com as dificuldades/limites que envolvem os agricultores, por outro, estes últimos esperam que a solução venha pronta para somente ser aplicada, não agindo como protagonistas para a promoção de seu desenvolvimento.

Isso conduz a voltar-se a uma análise histórica, que veio sendo imposta pela extensão rural nos últimos anos, em que a difusão de técnicas aos agricultores se tornou uma forma mais fácil e mais cômoda. Dessa forma, tentar promover outra metodologia de desenvolvimento, sem dúvida, vai levar algum tempo, caso não exista a necessidade disso.

É bem perceptível que não é tarefa fácil trabalhar nessa nova forma *de fazer* extensão rural. Como já se advertiu em outra oportunidade (REDIN, 2008), quando percebeu-se a dificuldade do trabalho do agente de extensão nessa nova metodologia proposta, ou seja, agir como um educador e tendo como pressuposto o empoderamento dos agricultores familiares. Muitas vezes, quando se acreditava ter construído alternativas fundamentais para a melhor escolha dos agricultores, novos fatos surgiam e desconstruíam todo o processo.

Noutra perspectiva, salienta-se a importância de que mesmo quando se tratar de uma pesquisa de alto nível técnico-científico, pode-se envolver a população para que ela se aproprie do processo e, posteriormente, tenha condições de trabalhar nessa proposta caso seja viável o uso dessa metodologia. Sabe-se que tal metodologia pode acarretar em contradições, avanços e recuos, mas se torna relevante para o desenvolvimento da Extensão Rural na sua nova prospecção propriamente dita.

É necessário colocar os agentes de desenvolvimento público locais a par de todo o processo. Se não existir o engajamento dessas entidades na condição de facilitadores e apoiadores do desenvolvimento, de nada adiantará seu papel atual de informante e

fiscalizador (Emater, prefeituras, vigilância sanitária e até Fepam). No atual momento em que se posicionam na região da Quarta Colônia é de inteira responsabilidade com o processo de desenvolvimento das agroindústrias familiares rurais.

É preciso enfatizar que, muitas vezes, as novas metodologias propostas para a condução da extensão rural como metodologia participativa pode pecar em alguns aspectos quando se argumenta que as ações de desenvolvimento devem partir dos próprios agricultores. Nesse caso, quando se conduziu o processo de ações para a possível solução do problema ambiental, percebeu-se *a posteriori* que nem os agricultores sabiam qual era o problema deles. Portanto, deve sempre existir um questionamento sobre as ações que os agricultores imaginam serem as ideais para seu desenvolvimento; do contrário, o papel do técnico perde o sentido no momento em que se fundamenta totalmente no empírico para propor estratégias para o desenvolvimento.

Por fim, propor possíveis alternativas para a solução desse problema pode-se tornar tarefa fácil quando se está fora do processo e não se conhece a dinâmica que envolve todo o andar da experiência. Colocar-se como agente de desenvolvimento para enfrentar toda essa complexidade de fatos, que por sinal pode não se obter resultados tangíveis, é desafiador e não é qualquer acadêmico teórico que irá resolver todo esse emaranho de problemas. Enfrentar na prática e se dispor a contornar essa situação no campo prático não é tão simples como se imagina. Desse modo, agir ou não agir vai depender da concepção e escolha particular de cada um. Certamente o discurso é um ato simbólico que, na prática, muitas vezes, não é realizado. Superar os limites teóricos, principalmente dos meios acadêmicos, é uma forma de superar a ignorância intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ENCONTRO DO GRUPO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA CLACSO, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Metrópole, 2000.

BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. S.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 23-128.

BOURDIEU, Pierre. La fabricación del habitus económico. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales: La vida Social de la economía: Crítica em desarrollo**. 2. ed. Parana, Argentina, 2008.

CAMARGO, Tiago. Planejamento Normativo e Planejamento participativo. In: **Projeto Inovar**. EMATER- MG, Minas Gerais: EMATER-MG, 2004.

CHIRIBOGA, Manuel. **Que hemos aprendido en Desarrollo Rural en los 90?** San José: IICA, 1999.

GENRO, Cícero J. M. et al. Conflitos na construção sócio-ambiental de políticas de desenvolvimento rural: o caso das agroindústrias familiares rurais da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul – Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL (ALFATER)., 4., 2008, Mar del Plata/ Argentina. **Anais...** Mar del Plata: IICA, 2008.

GUIMARÃES, Gisele Martins; SILVEIRA, Paulo Roberto C. da. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** 2007.

HONSBERGER, Janete; GEORGE, Linda. **Facilitando oficinas**: da teoria à prática. Treinamentos de Capacitadores do Projeto Gets - United Way do Canadá, São Paulo, 2002.

LINHARES, Cristina Maria et al. O papel da agricultura familiar no planejamento participativo. In: **Projeto Inovar**. EMATER- MG, 2004.

REDIN, Ezequiel. **Vivências de teoria e prática em extensão rural**: uma viagem pela história, conceitos e atividades profissionais. Relatório (Conclusão de Curso)–UERGS, Cachoeira do Sul, 2008.

REDIN, Ezequiel. Agroindústrias familiares rurais: as relações entre extensionistas e agricultores frente às questões ambientais. In: JORNADAS INTERDISCIPLINARES DE ESTUDOS AGRÁRIOS E AGROINDUSTRIAS, 6., 2009, Buenos Aires. **Anais...** 2009.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; GUIMARÃES, Gisele Martins. Gestão ambiental em espaços rurais: do imperativo técnico a construção sócio- ambiental – o caso do plano diretor urbano e ambiental de Santa Maria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** 2007.

SILVEIRA, Paulo. Roberto Cardoso da; DIESEL, Vivien. **Metodologias participativas**. Caderno didático. Santa Maria: Universidade Aberta do Brasil, UFSM, 2009.

SIMIONATTO, I. ; NOGUEIRA, V. M. R. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas dos discursos das agências multilaterais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 66, p. 145-164, 2001.

SULZBACHER, Aline Weber et al. As diferentes percepções de risco ambiental: os conflitos entre a lógica do imperativo técnico e a lógica dos agricultores. In: CONGRESSO ARGENTINO E LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGIA RURAL, 4., 2009, Mar Del Plata. **Anais...** 2009.

SULZBACHER, Aline W.; DAVID, César. Alternativas para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. **Revista Campo e Território**, p. 01-24, 2008.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P.F. Conflitos socioambientais em unidades de conservação. **Revista Política & Sociedade**, n. 4, v. 7, p. 139-162, 2005.